

Roberto José Moreira<sup>1</sup>

## *Subalternia, estudos rurais e política no mundo rural brasileiro*

### **Introdução**

O objetivo deste estudo é tornar visíveis algumas dimensões políticas do mundo rural que emergiram no campo brasileiro nos últimos 50 anos, com destaque para a politização dos setores rurais subalternos, aqui identificados por formas sociais camponesas, dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais (MOREIRA, 1999a; 2009),<sup>2</sup> e por suas expressões nos movimentos sociais e no campo dos estudos rurais. Empiricamente estaremos nos remetendo ao Programa Novo Mundo Rural do Governo FHC e aos debates e pesquisas rurais brasileiras, com destaque ao Programa CPDA/UFRRJ – abordagem, pesquisas e publicações docentes e teses de doutorado defendidas entre 1995 a 2010 – e à emergência e institucionalização do que denominaremos de um movimento de estudos rurais críticos, cuja trajetória esteve expressa no Projeto PIPSA e na APIPSA, e atualmente se faz presente na Rede de Estudos Rurais.

Estaremos elaborando esta interpretação em cima da hipótese de que o campo de estudos sociais críticos, acima delineado, expressa e interpreta processos e identidades sociais subalternas envoltas e subordinadas às questões agrárias brasileiras. A abordagem teórico-analítica procura elucidar a dinâmica da construção de identidades, categorias sociais e suas institucionalizações, bem como considerar as assimetrias de forças – hegemônicas, contra-hegemônicas e subalter-

---

<sup>1</sup> Bolsista de produtividade de pesquisado CNPq nível 2 e professor permanente em condições especiais do Programa CPDA (PPGCS – ICHS, UFRRJ).

<sup>2</sup> Para um sumário das relações sociais brasileiras no campo, ver “O poder sobre o território e classes subalternas” (MOREIRA, 2007, p. 333-344).

nas – que se codeterminam nos processos de construção sociopolítica e discursiva da realidade, em suas dimensões local-globais e rural-urbanas (MOREIRA, 2003; 2005, p. 15-40; 2006; 2007, p. 281-318).

O reconhecimento analítico das codeterminações sociais das assimetrias de poderes parece-nos fundamental para a elucidação das movimentações, nuances e singularidades, estruturação e institucionalização de diferentes domínios sociais agrários e da socialização das formas sociais da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais. Na vida das pessoas, alguns valores e éticas são construídos e legitimados como verdadeiros e superiores, enquanto outros valores e éticas são considerados como falsos e inferiores, moldando sensibilidades e individualidades como inferiores e superiores, construindo racionalidades tidas como superiores e inferiores. Culturas superiores e inferiores coproduzem-se segundo lógicas dialéticas múltiplas, complexas e abertas. Essas lógicas humanas produzem e reproduzem os sentidos de nossas vidas e as identidades de famílias, comunidades, rincões, regiões e nações, e, o que nos interessa particularmente aqui, das formas sociais socialmente construídas como subalternas.

A configuração de poderes assimétricos faz parte das questões políticas e sociais, como é o caso das questões agrícola, alimentar, agrária, ambiental e, mais recentemente, da questão rural que abrange a questão das forças subalternas no campo.

Pretende-se, com a categoria analítica *subalternia*, que será oportunamente apresentada, colocar na cena analítica interpretativa o protagonismo político de setores subalternos, distinguindo-os de setores políticos e culturais hegemônicos e contra-hegemônicos.

Em termos gerais, a conjuntura, que as categorias analíticas procuram elucidar, está situada nas politizações rurais, nos estudos rurais dos anos 1970, 1980 e 1990, e na postulação, em 1999, do Programa Novo Mundo Rural do Governo FHC e na criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Este Ministério institucionaliza o campo de ação política das formas sociais da agricultura familiar, inclusive as formas assentadas pela política de reforma agrária, denominando-o de “novo mundo rural”. Por expressar as forças hegemônicas no poder do Estado, expressa uma visão hegemônica, em contraponto às demandas de forças subalternas. Representa ao mesmo tempo uma força contra-hegemônica quando referida às forças hegemônicas do autodenominado agronegócio brasileiro, representadas no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que certamente é a expressão hegemônica do poder agrário nacional. No que se refere à *subalternia* rural, esta incluiu ainda os trabalhadores rurais e agroin-

dustriais, cujas situações de trabalho e vida são majoritariamente determinadas pelo campo de ação do agronegócio nacional.

Na sequência, estaremos tratando das questões da *subalternia, ser natural humano e análise de discurso*, visando explicitar a problematização teórico-interpretativa utilizada, da configuração dos *Movimentos da subalternia rural* e da *Emergência da abordagem do mundo rural no Programa CPDA* e d'*A subalternia nos estudos rurais críticos* visando tratar da gênese da subalternia brasileira e da temática mundo rural no Programa CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e nos estudos sociais brasileiros, para posteriormente, em *O Programa de Novo Mundo Rural no MDA*, tratar da configuração política no campo governamental, finalizando com algumas *Considerações finais*.

### **Subalternia, ser natural humano e análise de discurso**

Considerando que os processos sócio-históricos são abertos à disputa de legitimação de sentidos e significações políticas, inspirados em Gramsci, podemos visualizar nos campos políticos disputas de poderes e situações de hegemonia e contra-hegemonia e culturas subalternas.<sup>3</sup> Conceber a análise política apenas apoiados nas categorias de hegemonia e contra-hegemonia tende a obscurecer ou mesmo apagar da cena política uma multiplicidade de forças sociais subalternas que seriam, assim, invisibilizadas por um aparato analítico focado nas disputas hegemônicas e contra-hegemônicas. A categoria analítica subalternia, referida às dimensões políticas de culturas e setores subalternos, reconhecera sua existência e seu protagonismo na construção simbólica e discursiva da realidade, possibilitando elucidar dimensões ocultas na configuração de alianças políticas com setores hegemônicos e contra-hegemônicos e mesmo disputas entre setores subalternos.

Quando falarmos em poderes assimétricos estaremos nos referindo à compressão de três campos de forças, cada um com sua complexidade interna (MOREIRA, 2006), reconhecendo que o campo contra-hegemônico teria condições históricas de, em curto e médio prazos, ocupar a condição de hegemonia. As forças em situação de subalternia teriam fortes barreiras sócio-históricas em várias dimensões da vida social (econômicas, culturais, simbólicas) e uma relativamente fraca coesão identitária que, em curto e médio prazos, bloqueariam sua ascensão à condição hegemônica. Suas interações com o campo hegemônico ou com o contra-hegemônico expressam-se em altos diferenciais de

<sup>3</sup> Para um excelente estudo sobre o pensamento de Gramsci sobre as culturas subalternas, ver Piccin (2010).

poderes, colocando-os em situação de seres inferiores na ordenação social (ELIAS; SCOTSON, 2000).

A complexidade das identidades sociais constitui-se em processos sócio-históricos abertos à disputa e legitimação de sentidos e significações entre poderes assimétricos em embates discursivos que as codeterminam dialeticamente.

Qualquer que seja a situação, uma identidade social expressa e representa a atuação de sujeitos sociais efetivos e ativos no campo político, como analisamos para a agricultura familiar em Moreira (2009). Sobre sujeitos efetivos, Castoriadis postula em sua análise sobre *Paixão e conhecimento*:

O que nos interessa aqui é o conhecimento efetivo de sujeitos efetivos [...]. esses sujeitos efetivos são sempre sujeitos social-históricos. [...] são sujeitos no sentido pleno, não simplesmente produtos das condições social-históricas, mas sujeitos para si e, mais particularmente, psiquismos humanos (CASTORIADIS, 1999, p. 138-139).

Para tratar das questões da natureza postas pelos movimentos ecológicos e ambientalistas e pela postulação do desenvolvimento sustentável torna-se necessário problematizar o próprio conceito de ser humano (LATOUR, 2008). O conceito de ser humano (SH) com *ser natural humano* busca ao mesmo tempo reconhecer o ser humano em suas codeterminações biológicas, culturais e políticas, enfim sócio-históricas (BENSAID, 1999; p. 434). Sob o conceito de *natureza* (N) procuramos expressar a noção geral dos fenômenos da vida no planeta Terra. Em uma visualização condensada as interações SH $\Leftrightarrow$ N $\Leftrightarrow$ SH, ( $\Leftrightarrow$ ) significando codeterminação dialética, as relações SH $\Leftrightarrow$ SH representariam os sistemas simbólicos e seus significados. Representam as dimensões culturais que dão sentidos às interações SH $\Leftrightarrow$ N e N $\Leftrightarrow$ SH que seriam experiências dos sentidos do corpo: do olhar, do ouvir, do sentir, do cheirar, do paladar e do equilíbrio. Referem-se às experiências da vida humana no mundo cósmico da Terra, como abordados no campo da fenomenologia da percepção. Os sistemas simbólicos não existem sem as relações experimentadas e vivenciadas pelos sentidos corpóreos no mundo natural terreno. O que nos aparece representados na cultura são as interações SH $\Leftrightarrow$ SH já constituídas dos sentidos e significados culturais, que culturalmente pode-se atribuir à Natureza em si, mas que só adquire significado para nós humanos por nossas dimensões culturais. É nesse sentido que podemos dizer que os sistemas simbólicos representam ou são representações do Mundo,

e que a Natureza que conhecemos é aquela representada pelos sistemas simbólicos, sejam eles da filosofia, da religião ou da ciência. Para nós, os seres humanos: nada é e não é em absoluto; tudo é e não é em relação ao padrão de quem observa e vivencia; e, tudo é e não é ao mesmo tempo. Os sentidos e significados produzidos pelas relações  $SH \Leftrightarrow N \Leftrightarrow SH$  não são dados de uma vez para sempre, são produtos de interações comunicativas; de disputas discursivas (MOREIRA, 2012b).

A categoria rural permanece como representação nomeadora e re-cortadora do “rural” e de suas identidades sociais. Postulamos que na contemporaneidade o rural está sendo imaginado como natureza, podendo isso significar múltiplos sentidos, distintos daqueles do rural da modernidade, hegemonicamente representado como atrasado e como agrícola (MOREIRA, 2012a).

Refletindo sobre as linguagens dos símbolos e de suas intersubjetividades comunicativas, podemos postular que a razão humana é política (DEMO, 2002), possibilitando-nos falar de questões políticas de todas e em todas as dimensões da vida cultural e da política nas políticas de diferentes ordens classificatórias que estabelecem de hierarquias, bem como falar sobre os processos políticos de fundação do mundo, não importando se os fundamentos do mundo – e das crenças sobre este mundo – originem-se do campo da filosofia, da religião ou da ciência, ou mesmo das mitologias, tais como os mitos de criação de nações e identidades. Todos os fundamentos que aqui falamos são do campo do imaginário, campos da ideologia ou do discurso, cuja legitimação societária é da ordem do exercício da razão política democrática, mesmo autoritária quando se utiliza a força armada, por exemplo. Nestes processos legitimam-se as situações e os poderes hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos que nascem territorializados em espaços do planeta Terra.

Os processos sócio-históricos são abertos à disputa de legitimação de sentidos e significações imaginárias; neles visualizamos disputas, tensões e sinergias entre os poderes assimétricos aqui analisados que, em determinados contextos e conjunturas históricas, podem obscurecer ou mesmo apagar uma multiplicidade de forças sociais subalternas ao expressarem-se apenas pelo antagonismo hegemônico/ contra-hegemônico de classes, setores, segmentos, regiões etc., seja no campo seja na cidade, bem como em um antagonismo campo-cidade. Analisando a comunidade de Taquari, RJ, indicávamos que:

Os valores culturais hegemônicos são de fato aqueles que tendem a nos controlar por dentro, como nossos próprios va-

lores. Esses processos tendem a ser mais poderosos na medida em que cremos que eles foram criados e construídos por nós mesmos, uma espécie de valor particular de nossa própria natureza individual, ou mais ainda valores próprios da natureza humana. Tanto em sua forma individual (natureza do indivíduo), quanto coletiva (natureza da espécie), esses processos podem ser identificados como processos de fetichização, reificação e naturalização dos valores hegemônicos nos quais as identidades individuais se reconhecem, se veem e se identificam com valores, tomando-os como próprios. (MOREIRA; GAVIRIA, 2002, p. 49).

Em outra dimensão estes processos aparecem representados por diferentes saberes e visões de mundo. Podem ser representados em campos científicos disciplinares e interdisciplinares a partir das *visões de mundo* paradigmáticas de comunidades científicas, bem como a partir da noção de *visão de mundo*, em saberes culturais de comunidades.

Analisando as novas ciências e as humanidades, da academia à política, Casanova (2006) propõe uma visão crítica do discurso hegemônico das grandes corporações e dos modelos corporativos do “capitalismo central”, na convicção de que a crítica da tecnologia é insuficiente. Em sendo “sistemas complexos orientados por objetivos”, ou “complexidades organizadas”, as forças hegemônicas necessitam ser compreendidas politicamente, pois é assim que atuam, em especial em territórios de seu domínio. Para o autor, a reformulação do conceito de complexidade para além das dimensões da tecnologia e das tecnociências,

permite compreender as redefinições da relação de exploração e de outras relações essenciais no pensamento crítico marxista, desde que se aceite a ampliar o ‘quadro epistêmico’ a este tipo de relações geralmente menosprezadas nas ciências dominantes (...), teremos de incluir, além da categoria de exploração, a da dominação e a da apropriação, em que se inscrevem as de depredação, escravidão, colonização, parasitismo, exclusão, eliminação, todas elas próprias das ciências biológicas e aplicáveis em um nível também histórico e dialético nas ciências humanas de uma sociedade inumana.” (CASANOVA, 2006, p. 56).

Falando sobre a “interdisciplina de nosso tempo” alerta que a

especialização do conhecimento científico não só tende a determinar as combinações e interseções de duas ou mais disciplinas, e distingui-las das velhas divisões do trabalho intelectual, mas também busca novos sentidos para o conjunto, para a totalidade, sobretudo em relação a *sistemas complexos orientados por objetivos*.” (CASANOVA, 2006, p. 13).

Em relação aos diálogos, parcerias e subordinações entre as dimensões dominantes e subalternas nas lutas de produção de sentido, seria preciso considerar até que ponto estas práticas “políticas” de codeterminações, ditas “cooperativas”, os vieses de cooptação, persuasão e mesmo de um “consenso” imposto não prevalecem.

Na dinâmica do campo político, as subalternias representam posições críticas, progressistas ou conservadoras, aliam-se às forças hegemônicas ou contra-hegemônicas, bem como podem buscar autonomia em relação a estas forças visando à configuração de identidades sociais e políticas “legitimadoras”, de “resistência” ou de “projetos” (CASTELLS, 1999, p. 24). Falando sobre identidade coletiva de povos – uma interpretação também aplicável a grupo, classe, categoria, movimentos sociais e às situações de subalternia que estamos tratando aqui –, Castells (1999) entende “por identidade a fonte de significado e experiência de um povo” (p. 22), propõe “a ideia de que, para a maioria dos atores sociais na *sociedade em rede*, (...), o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e do espaço” (p. 23), bem como de que a “construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder”. O autor argumenta que a identidade *legitimadora* seria aquela “introduzida pelas instituições dominantes” com o “intuito de expandir e racionalizar sua dominação frente a outros atores sociais”, que a identidade de *resistência* seria aquela “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação e que a identidade de *projeto* seria observada quando os sujeitos sociais, “utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELL, 1999, p. 24). Em nosso caso, o campo da identidade legitimadora conteria as posturas e disputas entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas, e o campo das identidades subalternas conteria identidades de resistência e de projeto.

Considerando a democracia participativa com vistas à produção e gestão de políticas públicas, Mattei (2010, p. 29) fala em sete tipos de participação que, em nosso caso, entenderemos como possibilidades na interação entre forças assimétricas. A subalternia poderia, então, resultar (ou postular) participações manipuladas, passivas, realizadas por consulta ou sedimentadas por incentivos materiais, funcional, interativa ou por situações de mobilização própria, seja em conselhos de gestão de políticas, como na análise de Mattei. Esta compreensão nos permitiria postular diferentes relações e estratégias de sujeitos efetivos e uma amplitude de possibilidades de ação dos movimentos subalternos frente às perspectivas de aliança com forças hegemônicas e contra-hegemônicas, não descartando as formas de cooptação, persuasão e mesmo de um consenso imposto, visualizadas por Casanova (2006). O autor elucida que complexidade não é o mesmo que o caos. Argumenta que o domínio se dá em situações de complexidade organizada segundo objetivos. Esta complexidade opera com contradições e sinergias, destacando que a “informação, a interpretação, a vontade organizada podem alcançar objetivos ‘normalmente’ inalcançáveis” (CASANOVA, 2006, p. 72).

A ‘natureza’ fundamental da instituição imaginária da sociedade (CASTORIADIS, 1982) é aquela que dá o sentido de comum, de comunidade e tende a se constituir como identidade legitimadora, nos termos de Castells.

O termo *comunidade* pode referir-se às comunidades rurais, bem como, aceitando-se esta abordagem como uma espécie de teoria geral, pode referir-se às identidades individuais, familiares, nacionais, classes, categorias. As ordenações de conjuntos e identidades (classificadoras) – em campos simbólicos da linguagem e da nomeação – expressam construtos imaginários de entes naturais e sociais os mais diversos, bem como instituem campos de saberes e de práticas sociopolíticas.

Como um magma imaginário, a identidade legitimadora estaria associada à instituição imaginária de primeira ordem de Castoriadis, que liga e religa as ordens *conídicas* de uma diversidade de conjuntos identitários. É também o magma fundador de sentidos e significados daquela *complexidade*, agora compreendida como organizada e legitimada, que se expressa em dimensões dominantes, hegemônicas e contra-hegemônicas, bem como em dimensões subalternas na hierarquia social de identidades, classes e instituições. Naquilo em que os processos de legitimação envolvem processos discursivos e disputas de sentidos e significados, a questão da análise de discurso é relevante.

Para Eni Orlandi, na construção de teoria e análise de discurso:

se algo fica como alvo fixo nessa constante movência, é sem dúvida o reconhecimento que se tem da necessidade da ‘unidade’ para pensar a ‘diferença, ou melhor, há necessidade desse ‘um’ na construção da relação com o múltiplo. Não a ‘unidade’ dada mas o fato da unidade, ou seja, a ‘unidade’ construída imaginariamente. Aí está a grande contribuição da análise do discurso: observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos. Por não negar a eficácia material do imaginário, ela torna visíveis os processos de construção desse ‘um’ que, ainda que imaginária, é necessária e nos indica os modos de existência e de relação com o múltiplo... (ORLANDI, 2007, p. 18).

Na construção social da realidade são as lutas e disputas discursivas que instituem os sentidos e os significados da realidade, sendo esta, portanto, uma realidade fundamentalmente política. Reconhecer isto é reconhecer que a razão humana é política, ou ainda, o que ordena a complexidade do mundo é a *politicidade* da razão humana. (DEMO, 2002). Cumpre destacar que a *análise de discurso*<sup>4</sup> torna-se a prática essencial do pesquisador e da pesquisa, bem como, consciente ou inconscientemente, do *ser humano reflexivo* na busca de compreensão dos sentidos de sua vivência.

É necessário termos em mente que aquilo que pensamos ser a realidade “natural” de nosso mundo, dado por Deus ou pelo Big Bang, teve uma origem política, um discurso legitimador, um mito de origem e um longo processo de naturalização e de internalização psíquica de uma construção do mundo sociocultural. A invenção da mudança deste mundo também é da ordem do campo político, campo este que incluiu a luta discursiva e os processos de legitimação. Tais seriam os fenômenos sociais envolvidos na análise dos significados e dimensões do mundo rural e novo mundo rural.

Podemos dizer que a politicidade da razão humana opera por lógicas de conjuntos que identificam o *mesmo* e o *diferente*, o uno e o diverso. Ao nível discursivo e da linguagem, a imaginação conjuntista-identitária (*conídica*, para Castoriadis) seria o campo de ação da lógica da classificação e da nomeação.

---

<sup>4</sup> Sobre análise de discurso, ver Orlandi (1986), Brandão (2004) e Bakhtin (2009).

No campo do estudo da ideologia e da linguagem, Bakhtin postula que

É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. (...) Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída. (BAKHTIN, 2009, p.38).

Nomear, por exemplo, algo como rural requer que reconhecemos algo como “não rural”, seja este explícito ou implícito, mas estaria presente em nosso discurso interior de compreensão do mundo. O rural como signo social e instrumento da consciência e parte constitutiva da unidade verbalmente constituída, sendo também um signo ideológico e, como tal, sujeito a disputas de significados. Quando explicitada, a antinomia rural/não rural pressupõe algo mais abrangente que contém ambas, um terceiro excluído. Refiro-me à lógica dos conjuntos, onde A é diferente de B, sendo ambos pertencentes a um mundo (M); a uma visão de mundo para ser mais explícito. O rural e o não rural estão ou são da sociedade. Este M seria o terceiro excluído nas falas e discursos sobre o rural e o urbano que não explicitam a totalidade que os une, ou seja, a “unidade” construída imaginariamente”, de Orlandi (2007).

Na ordem da nomenclatura, falar sobre o terceiro excluído da antinomia seria falar da *totalidade*, de uma identidade comum, uma comunidade humana, a exemplo de uma comunidade pesqueira, regional, nacional ou mesmo planetária. Falar do *todo* pressupõe por sua vez o nada, o sem sentido, que desde sempre a filosofia procura significar, que também se impõe como inabordável na corrente positivista e essencialista do pensamento científico moderno (MOREIRA, 2007a, p. 305-316). Na ordem do discurso aparece representado pelo silêncio em Orlandi (2007); na ordem sociopolítica pode representar a possibilidade de um novo vir a ser no e do mundo.

Estas considerações sobre o conceito de ser natural humano, sobre a fundação do mundo e de suas ordens conídicas, da complexidade organizados por objetivos ressaltando dimensões políticas em todas as esferas e momentos da construção da realidade social, bem como a necessidade de legitimação discursiva visa problematizar o aparato teórico interpretativo utilizado. Com isto torna-se possível visualizar

nas diversas disputas produtoras de sentidos expressões de *hegemonia e contra-hegemonia*, de inspiração gramsciana, e situações de *subalternia*, em múltiplas dimensões da realidade sócio-histórica, em particular na análise de algumas das dimensões da subalternia rural brasileira.

Com esta visão interpretativa, postulamos que, no mundo rural, a categoria subalternia poderia ser teoricamente representada pelas formas sociais assalariadas marxianas relativas aos conceitos de *subsunção real e formal* do trabalho ao capital: as formas de *subordinação direta*, em Marx. Representaria as formas sociais assalariadas, vistas por determinadas correntes analíticas como as formas propriamente capitalistas de subordinação capitalista do trabalho ao capital. A categoria subalternia acolheria também as formas de *subordinação indireta* do trabalho ao capital, relativas, em Marx, ao trabalhador por conta própria conforme pensada no famoso Capítulo VI - Inédito *d'O Capital*.

Já final início dos anos 1980, visávamos interpretar a pequena produção familiar e o campesinato à luz da economia política (MOREIRA; 1981, p. 31-46; 1999b, p. 85-118). Interpretamos as formas camponesas não assalariadas como formas de trabalho sujeitas à extração de *mais-valia* no capitalismo. Falávamos então de processos de *subordinação indireta*, entendendo que a exploração, expressa na noção de *mais-valia* criada nas condições de produção camponesa, era mediada e expropriada nas interações camponesas nos mercados de insumos, de terra, de bens de subsistência etc. Ou seja, as formas camponesas ou da agricultura familiar constituir-se-iam, nesta interpretação, como pequenos patrimônios produtivos que, na ambiência de mercados imperfeitos e mundializados quiçá conseguiriam reter renda líquida comparada àquela do trabalho assalariado. Nestas situações, estes pequenos patrimônios produtivos e seus trabalhos familiares operariam, regra geral, próximo ao lucro zero ou mesmo em situações de lucros negativos.

O entendimento de formas de *subordinação indireta* de extração de *mais-valia* aplica-se, a meu ver, às formas camponesas (WANDERLEY, 1979) e da agricultura familiar, bem como às formas não camponesas na cidade e no campo. Ressalte-se que a consideração da subordinação direta (de assalariamento) e indireta (das formas camponesas) do trabalho ao capital – em nossos termos, às relações sociais (econômicas, culturais e políticas) capitalistas – elucida teoricamente nossa interpretação sobre os setores subalternos que estamos analisando. Para entender o espaço social onde operam as diversas formas sociais da agricultura familiar, dentre elas as assentadas, visualizamos a forma camponesa e a forma da agricultura familiar no capitalismo como re-

presentadas pela ação do trabalho familiar em pequenos patrimônios produtivos associados. Portanto, pequenos patrimônios produtivos que, distintos das pequenas empresas capitalistas, operam como um campo subalterno, restrito e excludente, mesmo quando buscam alternativas ecologicamente sustentáveis, argumentando que, se a operacionalidade competitiva do campesinato não fosse acompanhada por uma reforma agrária significativa, a situação continuaria estruturalmente a mesma (MOREIRA, 1999a; 1999b; 2001; 2010a).

Na atualidade, essa interpretação do trabalho autônomo ou familiar com pequenos patrimônios produtivos sujeitos à extração de mais-valia também pode ser relevante para falarmos das situações de subalternia dos mini e pequenos negócios presentes no discurso neoliberal do empreendedorismo e de inserção da agricultura familiar ao mercado – esta inserção é um dos objetivos do Programa Novo Mundo Rural – e das análises sobre os mercados *justo, solidário, e assemelhados*, que, apesar de eticamente positivados, tendem a operar sem lucratividade, para os produtores autônomos com pequenos patrimônios produtivos por conta própria ou por conta da família, como seriam os casos da agricultura familiar autônoma.

Em um sentido mais amplo, a categoria política de *subalternia* poderia incluir, além das subordinações direta das formas assalariadas e da subordinação indireta dos trabalhadores autônomos e familiares às relações sociais capitalistas hegemônicas, as formas sociopolíticas que se postulam como “sem” alguma coisa ou direitos, sem-terra, sem-trabalho, sem-habitação, sem-escola etc., bem como os movimentos contemporâneos das grandes metrópoles mundiais, como aqueles que clamam por “ocupação de espaços públicos” como forma de luta contra, por exemplo, o capital financeiro e as políticas neoliberais, além da via campesina e do zapatismo campesino latino-americano, dentre outros.

### **Movimentos da subalternia rural**

No caso brasileiro, a gênese da conjuntura de 1990, que estamos a analisar, estaria enraizada nas mobilizações dos trabalhadores rurais nos anos 1950 em luta pela reforma agrária e sindicalização, com destaque para a criação, em 1954, da União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e do movimento das Ligas Camponesas, iniciado com a primeira Liga no Engenho Galiléa, em 1955, e com a realização do I Congresso Nacional de Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, de outubro de 1961. Aquela conjuntura culmina com a aprovação pelo Congresso, em março 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural

e com a criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG),<sup>5</sup> em dezembro de 1963, bem como com a promulgação do Estatuto de Terra, em 1964. Aquelas mobilizações camponesas e dos trabalhadores rurais estiveram, dentre outras mobilizações urbanas, na raiz do Golpe Militar de 1964, que atuou fortemente contra suas lideranças e organizações.

Entendemos que naquele contexto de relações de poder da democracia de 1946-1964 constituiu-se um magma ideológico e cultural que gerou uma subalternia rural identificada como uma identidade de projeto de Castells (1999). O conjunto de forças acima identificado constrói uma identidade coletiva de trabalhador rural capaz de redefinir sua posição na sociedade, que, se realizada com sucesso, provocaria uma transformação de toda a estrutura social. Com uma herança constituída pela servidão indígena e pelo trabalho escravo na Colônia e no Império, a constituição republicana do trabalho livre gera formas mutantes que se redefinem em diferentes conjunturas sócio-históricas, como demonstramos em análise da agricultura brasileira (MOREIRA, 2009). Esta conjuntura tende a unificar as formas sociais herdadas dos trabalhadores do campo, tais como aquelas identificadas como formas *tuteladas* de condição camponesa (NEVES; SILVA, 2008) e formas *dirigidas* de constituição do campesinato (NEVES, 2009).

Aquela conjuntura expressava as demandas, organização e lutas do trabalhador assalariado na agricultura, do trabalhador em situações de pequenas agriculturas familiares e/ou camponesas e do trabalhador residente nas fazendas (meeiros, pequenos arrendatários, colonos e moradores) que postulavam, inicialmente, direitos trabalhistas e cidadania, como direito a voto. Deu origem ao que podemos hoje identificar como o complexo do sindicalismo no campo: a CONTAG, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTRs) com suas Federações Estaduais (FETAGs) e os Sindicatos (STTRs). Em meados dos anos 1980, o Movimento dos Sem Terra (MST) retoma o espaço de lutas das Ligas Camponesas, totalmente desarticulada pelo regime de força dos governos autoritários do Golpe de 1964. O MST surge como uma nova esperança de democratização da propriedade da terra e de melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Essas formas estimulam a criação no espaço nacional de múltiplos movimentos e organizações de sem-terra autônomos do MST.

---

<sup>5</sup> Seus filiados são identificados como “agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos”. [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br).

No ambiente urbano, cumpre destacar a fundação da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), nos anos 1970, representando uma luta civil pela reforma agrária que postulava uma amplitude de ações com o objetivo de maior democracia no mundo agrário. Em meados dos anos 1970 nasce o movimento proletário do *novo sindicalismo*, que, propondo ser um modelo de sindicato livre da estrutura sindical atrelada ao Estado, protagoniza um amplo contexto de lutas urbanas no complexo automobilístico paulista, culminando, em 1983, na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em outra dimensão da luta social urbana, destaca-se, em 1981, a fundação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Organização da sociedade civil fundada, entre outros, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa. A questão do ambientalismo e a crítica às tecnologias da “revolução verde” motiva uma variedade de movimentos em Ongs ambientalistas por demandas e atividades em tecnologias alternativas, a exemplo da AS-PTA que, desde 1983, “atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil” ([www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br)), bem como, em um sentido mais amplo, atua no espectro crítico no próprio campo do movimento ambientalista. O IBASE sob liderança do Betinho, lançou, em 1990, o movimento Terra e Democracia, para lutar pela democratização da terra e, em 1993, o Movimento pela Ética na Política. O manifesto incluía a “Carta de Ação da Cidadania”, que resultaria na “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, colocando na cena nacional a questão da fome e da segurança alimentar. Em meio à intensa mobilização da sociedade civil deflagrada nesses anos pelo Movimento pela Ética na Política, também em 1993, foi criado o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), hoje uma Rede Nacional de Mobilização Social, que culmina, em ação sinérgica com outros movimentos, com o *impeachment* do Presidente Collor.

Cumpre destacar que, durante o Governo Collor, o Brasil sediou no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), popularizada como RIO92 ou ECO92. Como um desdobramento da Conferência de Estocolmo, de 1972, e com a temática expressa no relatório Brundtland, publicado em 1987, esta conferência reuniu representações de 108 países com a intenção, nesse encontro, de introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável (MOREIRA, 1993, 1999b; 2010c). O encontro oficial da Cúpula da Terra tomou decisões sobre diretrizes ecológicas

planetárias. O documento A Carta da Terra, dessa conferência, é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Ela reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Em uma participação paralela, ONGs de vários países fizeram um encontro expressivo no Aterro do Flamengo, politizando os debates na CNUMAD de 1992 e as decisões oficiais. No que nos interessa aqui, a ECO92 coloca em cena a questão do desenvolvimento sustentável, legitimando o debate ambientalista em nível mundial, e, em nossa interpretação, lança as sementes para a ressignificação do rural agrícola *da modernidade*, como rural natureza da pós-modernidade (MOREIRA, 2003b; 2005).

É nesse contexto que é criado e se consolida, primeiro na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, o Centro de Desenvolvimento Agrícola (CPDA), 1976-1981, e, desde 1982, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Programa CPDA).<sup>6</sup>

### **Emergência da abordagem do mundo rural do Programa CPDA**

O olhar do CPDA sobre a agricultura brasileira surge, em 1976, a partir de um determinado arranjo interdisciplinar das Ciências Sociais e de representações científicas sobre a formação social brasileira. Institui-se assim a História Agrária, inicialmente voltada para a política de abastecimento para o mercado interno (LINHARES, 1979, LINHARES; DA SILVA, 1979), bem como uma análise de tempo mais curto, em um aporte político interdisciplinar de Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e História, focalizando a história da agricultura, do pós-guerra até o final dos anos 1970 (CASTRO E OUTROS; 1979). É a partir do final dos anos 1980, já na UFRRJ, com a criação das áreas de Concentração de *Desenvolvimento Agrícola e Sociedade e Agricultura* e suas linhas de pesquisa, que a noção de visão de mundo da História das Mentalidades começa a dar consistência a uma interpretação de mundo rural como expressão das interações entre sociedade e agricultura, para além da noção associada ao agrícola (MOREIRA, 2007a, p. 99-148).

As palavras *mundo rural*, *política* e *interdisciplinaridade* ganham destaque no Programa CPDA na identificação do livro organizado

---

<sup>6</sup> Para alguns estudos sobre o Programa, ver Moreira (2002a; 2002b; 2003a; 2005, p. 191-236).

por Da Silva; in Santos e Costa (1998). A obra divulgou os primeiros resultados parciais de pesquisas do Programa de Núcleos de Excelência *Desenvolvimento, Agricultura, Sociedade e História Social*,<sup>7</sup> (PRONEX DAS-HS), de 1995. A dinâmica de pesquisa então instituída deu sentido a um conjunto de temas e perspectivas analíticas diversas. Nas publicações de coletâneas de pesquisa seguintes do PRONEX DAS-HS, o *mundo rural* aparece associado ao tempo presente, em Costa, Moreira e Bruno (1999), à *cultura*, em Moreira e Costa (2002c) e, após o término do PRONEX DAS-HS, às *configurações rurais-urbanas*, em Lima, Delgado e Moreira (2007). A temática sobre o *mundo rural brasileiro* inspirou ainda uma coletânea pensada como material didático para graduações (COSTA; FLEXOR; SANTOS, 2008). Outras duas coletâneas de pesquisa de 2010 são identificadas pelas temáticas *dimensões rurais de políticas brasileiras e interpretações, estudos rurais e política* (MOREIRA; BRUNO, 2010a; 2010b), o que parece indicar o surgimento de um novo momento centrado na dimensão política em um sentido amplo.<sup>8</sup>

Em 2002, falávamos do rural no presente da pós-modernidade e das globalizações, do desaparecimento do rural agrícola, bem como da emergência de novas ruralidades que, em práticas e saberes econômicos, culturais e políticos, configurariam um novo mundo rural, o *rural natureza* (MOREIRA, 2002b). Este aparece revelado em suas dimensões culturais, distinto da noção abstrata de uma natureza não revelada por estes saberes e práticas culturais. Indicávamos a existência de ruralidades no campo e na cidade, na história e nas diversas culturas. Nas ciências, técnicas e profissões, nos processos educativos e nos processos de socialização. Um rural presente na cultura, na política dos alimentos, bem como na contracultura de uma infinidade de novos movimentos sociais (MOREIRA; COSTA, 2002).

Ressaltávamos ainda que, por sua localização territorial e por suas potencialidades ecossistêmicas, o rural é uma realização da cultura e da política nos tempos de hegemonia burguesa, distinta daquela dos Antigos Regimes. Os valores culturais que se concebem como rurais seriam assim interpretados como realizações da cultura em um campo de força com hegemonia da cidade e da indústria. Cultura hegemônica esta que construiria sob seu domínio um *outro*, não hegemônico,

---

<sup>7</sup> Refere-se ao Programa de Apoio aos Grupos de Excelência do CNPq. Sobre PRONEX DAS-HS e a temática mundo rural, realizado em parceria com o Laboratório de História do Tempo Presente, do IFCS, UFRRJ, ver Moreira (2010b, 182-183).

<sup>8</sup> Para uma visualização da historicidade da rede de influências do Programa CPDA, ver Lima e Leite (2010), cuja temática são os 30 anos do programa.

o *rural da modernidade* e, posteriormente, na conjuntura dos estudos sobre globalizações, o *rural da pós-modernidade* capitalista contemporânea. Estes rurais, apesar de seus tempos históricos distintos, foram interpretados em suas dialéticas rural-urbanas, entendendo que, em uma ampla perspectiva, o hegemônico poderia ser visto como valores e poderes da cidade (MOREIRA, 2005). As culturas e identidades rurais, as territorialidades e localismos foram vistos como condição e possibilidade ecossistêmica da existência de comunidades (MOREIRA, 2006). Neste sentido, no plano internacional, pôde-se falar em ruralidades tropicais, distintas das ruralidades de climas temperados e frios, e, no Brasil, em ruralidades nordestinas, amazônicas, litorâneas, sulinas, serranas e planaltinas, dentre outras.

Procurando visualizar a diversidade temática desses estudos rurais, indicamos que, no período de 1982 a 1989, as 33 dissertações defendidas abordavam os seguintes temas: história da agricultura (4); modernização agrícola e inovação tecnológica (4); pequena produção e relações sociais no campo (6); políticas públicas para a agricultura (7); movimentos sociais no campo (7); cooperativismo e complexos agroindustriais (5) (MOREIRA, 2007a, p.131).

Indicamos que, no período de 1990 a 1999, as 172 teses e dissertações defendidas, por área de concentração e suas respectivas linhas de pesquisa, estiveram assim distribuídas:

*Área de Concentração em Desenvolvimento Agrícola*

- Estado, atores e políticas de desenvolvimento (60 dissertações e 2 teses defendidas);
- Sistema agroalimentar e desenvolvimento sustentável (44 dissertações e 1 tese);
- Movimentos agrários, classes sociais e estruturas de poder no campo (17 dissertações e 2 teses);

*Área de Concentração em Sociedade e Agricultura*

- Relações sociais no campo (8 dissertações);
- Mentalidade, ideologia e cultura (18 dissertações e 2 teses);
- Ciência, meio ambiente e formação (10 dissertações); e
- Sociedade agrária e política. (7 dissertações e 1 tese). (MOREIRA, 2007a, p. 133).

Em uma outra distribuição temática destas mesmas teses e dissertações, destacamos:

1. Indústria, complexo agroindustrial, cooperativas e supermercados, com ênfases na dinâmica, competitividade e

organização (19 titulações); 2. Reforma do estado, programas de estabilização, políticas públicas, com ênfases na descentralização, reestruturação produtiva e integração de mercados (14 titulações); 3. Transformações agrárias e desenvolvimento rural sustentável, com ênfases na sustentabilidade, segurança alimentar e nas relações entre natureza e meio ambiente (19 titulações); 4. Redes sócio-técnicas e novas tecnologias (7 titulações); 5. Poder no campo, organizações e movimentos sociais (12 titulações); 6. Reforma agrária, Estado e MST (26 titulações); 7. Agricultura familiar (11 titulações); 8. O rural na produção intelectual, artística e política (4 titulações); 9. História, cultura, modernidade, saberes e identidade social (23 titulações); 10. Estudos agrários latino-americanos, caribenhos e africanos (33 titulações); 11. Outros temas (Partido Verde, alcoolismo infantil no campo, trabalho escravo, prostituição) (4 titulações). (MOREIRA, 2007a, p.133-134).

A partir da reforma curricular de 2004, o Programa CPDA passa a se identificar como “um programa interdisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e intercâmbio em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural e áreas afins.” (<http://r1.ufrj.br/cpda/cpda/historia-do-cpda/>), com a noção de mundo rural expressando seu campo de estudo. A Tabela 1, dá um panorama geral das dissertações e teses defendidas, deste a origem do Programa.

**Tabela 1.** Programa CPDA, UFRRJ. Teses e Dissertações defendidas PPGCS em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1980-2010

Período	1980-1994	1995-2003	1980-2003	2004-2010	1995-2010
Dissertações	109	163	262	117	280
Teses	-	38	38	94	132
Totais	109	201	200	211	412

**Fontes:** Período 1980-2003, Catálogo de teses e Dissertações, 2004-2010, Teses e Dissertações, Site Programa. CPDA, acesso, 08/04/2013

A Tabela 2 apresenta a produção de 211 teses e dissertações no período 2004-2010, com sua distribuição por linha de pesquisa. Lembramos que após a reforma de 2004 a temática geral do Programa é identificada com o mundo rural.

**Tabela 2.** Programa CPDA, UFRRJ, Período 2004-2010

---

**Teses e dissertações por Linhas de Pesquisa.**

---

*Estudos de cultura e mundo rural* (ECMR) com 76 titulações (24 doutores e 43 mestres). Analisa os processos de produção de significações culturais sobre o mundo rural em suas dimensões sociais e políticas no pensamento social e em expressões culturais.

---

*Instituições, mercados e regulação* (IMR), com 45 titulações (30 doutores e 15 mestres). Análises sobre desenvolvimento das instituições, dos mercados, das estratégias empresariais e do comportamento dos consumidores.

---

*Movimentos sociais* (MS), com 22 titulações (9 doutores e 13 mestres). Estudo da diversidade de formas e significados assumidos, por conflitos sociais e ações coletivas que se tornam visíveis na emergência de movimentos sociais e na dinâmica social construtora de identidades sociais e políticas.

---

*Natureza, ciência e saberes* (NCS), com 11 titulações (5 doutores e 6 mestres). Aborda os processos de produção e apropriação dos saberes sobre a natureza. Formações de profissionais das ciências agrárias e sociais e suas interações como outros saberes sobre a natureza.

---

*Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais* (PPEAS), com 66 titulações, (26 doutores e 40 mestres). Análises sobre o papel do Estado nos processos de desenvolvimento e as políticas públicas propriamente ditas, através da ótica da interação entre o Estado e os atores sociais envolvidos, direta e indiretamente, em sua formulação e execução.

---

**Fonte:** Teses e dissertações no site do Programa.

Entre 2000 e 2010, o CPDA tituló 325 pós-graduandos (138 doutores e 187 mestres),<sup>9</sup> assim distribuídas: (a) *Estudos de cultura e mundo rural*, 76 titulações analisando a produção de significações culturais sobre o mundo rural em suas dimensões sociais e políticas no pensamento social e em expressões culturais; b) *Instituições, mercados e regulação*, 45 titulações com análises desenvolvimento das instituições, dos mercados, das estratégias empresariais e do comportamento dos consumidores; (c) *Movimentos sociais*, com 22 titulações analisando a diversidade de formas e significados assumidos por conflitos sociais e ações coletivas e dinâmicas construtoras de identidades sociais e políticas; (d) *Natureza, ciência e saberes*, com 11 titulações focando a

<sup>9</sup> Esse cálculo visa registrar a produção associada ao século XXI. Para tanto, procedeu-se à distribuição de 211 titulações (94 doutores e 126 mestres) defendidas entre 2004-2010, mas que poderiam ter alunos que ingressaram antes da reforma nas linhas desativadas. Estes foram incluídos nas novas linhas levando-se em conta a filiação dos orientadores nas Linhas de Pesquisa e os títulos dos trabalhos finais.

produção e apropriação dos saberes sobre a natureza, formações de profissionais das ciências agrárias e sociais e suas interações como outros saberes; e, (e) *Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais*, com 66 titulações sobre o papel do Estado nos processos de desenvolvimento, políticas públicas e interação com atores sociais envolvidos em sua formulação e execução.

Com essas análises, podemos afirmar que, as reflexões e pesquisas desenvolvidas no Programa CPDA têm levado à revisão e ampliação das significações do rural na atualidade ao tratarem de temas como globalização, novas realidades rurais, permanência da exclusão social e política, consolidação de complexos agroindustriais e alimentares, segurança alimentar, construção de mercados regionais, dinâmica dos movimentos sociais no campo, redefinições das teias de relações sociais, vinculando grupos, interesses e redes, identidades sociais, pensamento social e político, representações literárias, instituições, sustentabilidade e história ambiental.

Ao mesmo tempo, tem focalizado estudos na emergência de novos atores, o revigoramento do debate em torno da reforma agrária, em políticas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar concomitante à consolidação de novos atores políticos, no debate em torno de questões como desenvolvimento rural sócio-ambientalmente sustentável, dinâmica territorial, desenvolvimento local. Inclui ainda o debate sobre as modalidades de expansão do agronegócio e seus desdobramentos políticos, sociais e culturais, a discussão sobre a política local e suas relações com a política nacional, bem com as formas de sociabilidade envolvidas tanto na construção dos movimentos sociais no campo quanto no cotidiano das populações rurais, associando contextos rurais a recortes étnicos reconhecidos pelo estado, como no caso de quilombolas e indígenas e a permanência com transformações das redes políticas de base familiar com inserção rural (mas não só). Têm-se estudos sobre os processos sociais desencadeados pela demarcação de unidades de conservação. Essa multiplicidade de temas levou a Programa a buscar também o entendimento dos processos locais, das novas ruralidades e identidades sociais, das inserções pluriativas e multifuncionais de atores e espaços rurais e das relações entre a história, produções culturais e a construção e imposição das representações sobre as interações rurais e urbanas, ou ainda sobre o moderno e o atraso. Essas novas preocupações de pesquisas foram articuladas por um recorte interdisciplinar amplo das Ciências Sociais e Humanidades que possibilitou o uso de abordagens teórico-metodológicas inovadoras.

Assumindo um dimensão nacional, surge, desde os anos 1980, um movimento que denominaremos de estudos rurais críticos, que analisaremos a seguir.

## A subalternia nos estudos rurais críticos

Sua gênese pode ser localizada no Projeto de Intercâmbio de Pesquisadores e Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), do CPDA/FGV, financiado pela Fundação Ford. A execução deste Projeto acabou aglutinando um amplo espectro de pesquisadores(as) das diferentes regiões do país e de distintas formações acadêmicas, cujos estudos expressavam, principalmente, temáticas afeitas aos setores subalternos rurais brasileiros em seus cinco grupos temáticos, todos eles de abrangência nacional em termos de centros e pesquisadores participantes, a saber: Agricultura na Amazônia; Agroindústria, Cooperativas e Grande Produção Agrícola; Diferenciação da Pequena Produção; Estado e Agricultura; Movimentos Sociais no Campo. Estas palavras-chave foram os signos de referência temática que aglutinaram as atividades de intercâmbio do Projeto. Entre 1978 e 1982, aproximadamente 500 trabalhos (anteprojetos, relatórios de pesquisa, versões preliminares de artigos e *papers*, resumos de teses, propostas de aprofundamento de temas de pesquisa surgidas no bojo da dinâmica peculiar a cada grupo) foram apresentados e discutidos nos dez encontros dos Grupos Temáticos. Grande parte dessa produção foi publicada nos Boletins do PIPSA, editados pelo CPDA (MOREIRA, 2010b).

Pose-se dizer que esse amplo espectro de pesquisadores tem o campo da *subalternia* rural como o seu grande objeto de estudos, constituindo um *movimento nacional de estudos rurais críticos*. A temática da subalternia, setores subalternos, camponeses, comunidades tradicionais, expressou-se nas interfaces do *intercâmbio* da produção científica institucionalizadas nas pós-graduações e nas associações científicas<sup>10</sup> com setores técnicos e instituições da sociedade civil (movimentos sociais rurais e agrários, sindicatos, ONGs) no Projeto PIPSA e nos seus desdobramentos, na Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisadores e Pesquisa Social em Agricultura (APIPSA) e posteriormente, já no início do século XXI, na Rede de Estudos Rurais.

---

<sup>10</sup> Para uma visualização dos estudos rurais críticos na academia e na ciência institucionalizada em torno da sociologia rural, bem como da dinâmica temática e dos debates desde os anos 1960 até 2000, ver Brumer e Tavares dos Santos (2006).

Sobre a sociologia rural, Brumer e Tavares dos Santos (2006) destacam, dentre outros fóruns, a importância do PIPSA nos estudos rurais.

Os fóruns de discussão científica constituem meios importantes para a definição da importância de determinadas temáticas e para a afirmação de seus pesquisadores no meio acadêmico, ao mesmo tempo que auxiliam na consolidação das instituições que os abrigam. A sociologia rural encontrou espaço em muitos desses fóruns, entre os quais se podem citar os encontros de disciplinas específicas, tais como a Antropologia (ABA), a Sociologia (SBS), a História (ANPUH) e a Geografia. Três fóruns de discussão de pesquisa merecem ser destacados: o da SOBER, o do PIPSA e o da ANPOCS. (BRUMER; TAVARES DOS SANTOS, 2006).

Postulamos que, distinta dos outros fóruns disciplinares, e mesmo da interdisciplinaridade da ANPOCS, a gênese desse movimento tem uma ampla interdisciplinaridade que engloba aqueles campos disciplinares das ciências humanas e sociais, como, por exemplo, a geografia agrária, e expressa a possibilidade de exercer uma consciência crítica sobre o rural subalterno brasileiro em suas múltiplas interações internas e externas. O movimento postulou-se, inicialmente, como atividades de “intercâmbio de pesquisadores e pesquisas” no Projeto PIPSA, de 1978. Com o término do apoio da Fundação Ford, gradativamente este movimento se articula sob a forma de uma associação informal que opta pela formalização em seu XV Encontro Nacional, em 1990, quando torna-se a APIPSA, que realiza mais três Encontros Nacionais, sendo o último em 1996 (MOREIRA, 2010b). Na atualidade, este capital social crítico no campo científico dos estudos rurais está configurado e atuante na Rede de Estudos Rurais (REDES) que realizou seu primeiro encontro nacional em 2006 e realizará, em 2014, seu VI encontro nacional em Campinas, SP.<sup>11</sup>

O projeto PIPSA objetivava tornar-se uma alternativa à pesquisa social da agricultura brasileira, com intercâmbio entre pesquisadores de várias instituições e regiões do país. Almejava, em uma postura distinta das tradicionais associações de pesquisadores do país, a criação de um novo espaço de intercâmbio e debates mais livre e aberto, principalmente para jovens pesquisadores, mestrandos e doutorandos, técnicos, e aberto à participação da sociedade civil organizada. A prática deste movimento foi uma alternativa ao debate e à pesqui-

---

<sup>11</sup> <http://www.redesrurais.org.br/>.

sa acadêmica ou estatal. Construiu uma metodologia participativa com conteúdos de pesquisa e práticas sociais alternativas. Legitimou um espaço para a troca de experiências e intercâmbio, e, de forma prioritária, um espaço para pesquisadores novos em questões rurais e agrárias. Motivou o desenvolvimento de um debate multidisciplinar que passou a alimentar as pesquisas, enriquecendo formulações e permitindo a elaboração de projetos de pesquisas multifacetadas. E possibilitou a socialização do conhecimento adquirido por um ou mais pesquisadores, instituições ou grupo de pesquisadores. O seu XI Encontro Nacional realizado, em Botucatu, SP, em 1985, teve como tema central o I Plano Nacional de Reforma Agrária.

A partir de 1985, com a politização por eleições diretas e pela democratização nacional, e a Constituição de 1988, novas demandas passaram a ser propostas ao PIPSA, dentre elas, o mapeamento das tendências da pesquisa em agricultura nas Universidades e nos aparelhos do Estado e um balanço agrícola da “Nova República”. Questões relacionadas à atualização e institucionalização do intercâmbio de pesquisas envolviam a necessidade de dar conta de novos temas e questões atuais do agro brasileiro: o acompanhamento da conjuntura econômica, a expansão da fronteira agrícola, a colonização e a reforma agrária, os impactos dos grandes projetos, a redefinição funcional das regiões na agricultura, o desenvolvimento e a industrialização do agro no Brasil, os impactos ambientais e as condições de vida, e a necessidade de refletir sobre as tendências do setor da pesquisa, reafirmando sua condição de um intercâmbio formador de pesquisadores.

No XIV Encontro Nacional, realizado na cidade de Belém do Pará, em 1989, surgiu a recomendação para que, no encontro seguinte, fossem examinadas propostas de constituição de uma associação de pesquisadores e profissionais.<sup>12</sup> No XV Encontro Nacional do Projeto, “*PIPSA - 10 anos: Tempo de Balanço*”, realizado no Rio de Janeiro, em 1990, deu-se a criação da APIPSA.

A Associação organizou e realizou três Encontros Nacionais bienais. O XVI Encontro, realizado em Belo Horizonte, em 1992, teve como tema central a questão agrária “*Repensando a Questão Agrária*”.

---

<sup>12</sup> Do XI ao XIV Encontro Nacional, registrou-se uma participação de cerca de 400 pesquisadores, com uma produção em torno de 150 trabalhos. Neste período, o PIPSA contou com 1.300 pesquisadores inscritos, número que resultara de um trabalho de seleção e atualização de endereços e da incorporação de novos participantes, além de 230 instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior.

O XVII, realizado em Porto Alegre em 1994, tematizava os “*Rumos da Pesquisa Social na Agricultura na Virada do Século*”. E o XVIII, realizado em Campina Grande, em 1996, focalizava a “*Dinâmica dos Processos Agrários no Brasil e Perspectivas para o Século XXI*”, colocando em debate as questões agrícolas e agrárias na atualidade.

Dentre outros méritos, cumpre destacar que o grupo temático de “pequena produção familiar” que tratava da questão camponesa e de sua diferenciação no Brasil, desde a origem do PIPSA, no início dos anos 1990, passa a definir-se como um grupo temático em estudos da “agricultura familiar”, legitimando no cenário nacional esta categoria que, posteriormente, assume dimensões de identidades sociopolíticas e objeto de políticas públicas, ganhando destaque com a criação do MDA.

Após o encontro de Campina Grande, de 1996, a APIPSA enfrentou sérias dificuldades institucionais de continuidade. Desde então, até 2006 – 10 anos – aquela consciência crítica nacional participava em encontros da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Sociedade Brasileira e Economia e Sociologia Rural (SOBER). Nesses espaços, mobilizava agendas de apresentação de pesquisas e estudos rurais. Em 2003, renasce a ideia de criação de uma nova rede de interlocução, resultando na Rede de Estudos Rurais, que realizou o seu I Encontro Nacional na UFF em Niterói, em 2006, e, desde então, continua a praticar uma consciência crítica com uma ampla interdisciplinaridade politizadora do mundo rural brasileiro.<sup>13</sup>

Toda essa trajetória demonstra a prática de um movimento de estudos rurais críticos tem como campo temático principal a subalternia. Estudo futuros sobre os Anais dos Encontros do PIPSA, da APIPSA e da Rede de Estudos Rurais, no site dessa associação, poderão aprofundar esta interpretação.

Cumpre destacar que a problemática das relações de trabalho assalariadas no interior dos processos que hoje configuram o complexo denominado de “agronegócios” tem perdido espaço nos estudos rurais desta comunidade crítica e em pesquisas do Programa CPDA, o que é preocupante para o entendimento do poder rural brasileiro e das formas trabalhistas da subalternia rural.

Passaremos, a seguir, a tratar da configuração política do mundo rural no âmbito governamental.

---

<sup>13</sup> Para detalhes acessar [www.redesrurais.org.br](http://www.redesrurais.org.br).

## Programa Novo Mundo Rural e o MDA

Distinto do mundo rural concebido e construído pelo Programa CPDA, o Programa *Novo Mundo Rural* do Governo Fernando Henrique Cardoso, anunciado pelo então Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, de março de 1999, tem uma visão mais restrita.<sup>14</sup> Intitulado de *Agricultura familiar e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar*, este Programa retira do conceito rural as forças hegemônicas do “agronegócio” brasileiro e denomina de “novo rural” a política de desenvolvimento com base na expansão da agricultura familiar e assentada. Estrategicamente, constrói-se uma política de governança dos movimentos dos sem-terra, do MST e dos movimentos em defesa da agricultura familiar, principalmente localizados na CONTAG.<sup>15</sup> No final daquele ano, o governo inaugurou uma paradoxia política que parecia postular dois mundos separados. O mundo dos “agronegócios”, no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e um mundo subalterno, sob a governança do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ao qual se postulariam “políticas sociais” neoliberais por meio do referido Programa.

Esse Programa tem mais um efeito não revelado: tira do campo político de disputas do MDA e das políticas sociais para o mundo agrário a importante questão das formas assalariadas no campo brasileiro, como se o desenvolvimento agrário não tivesse uma questão trabalhista. Não é de se estranhar que a questão do trabalho assalariado, que quase dominou a cena e o pensamento crítico nacional nos anos 1960, 1970 e 1980, tenha praticamente desaparecido da agenda de pesquisas dos estudos rurais. Na atualidade, as formas assalariadas tendem a aparecer em estudos quando denunciadas como formas contemporâneas de trabalho escravo.<sup>16</sup> Ganham predominância os estudos sobre os assentamentos de reforma agrária e as formas sociais da agricultura familiar, que estão sob o leque de ação do MDA.

No Programa *Novo Mundo Rural*, utiliza-se das palavras *mundo rural* significando a postulação de uma política de desenvolvimento rural para a agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento

---

<sup>14</sup> Ver: [http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo\\_24.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_24.pdf). Acesso em 03/08/2012; 12:25h.

<sup>15</sup> Para uma refinada análise deste Programa de Governo, ver Medeiros e Leite (2004).

<sup>16</sup> Falo aqui no geral da intelectualidade. Não negando a existência de relativamente poucos pesquisadores que continuam se preocupando com o tema.

local. Um desenvolvimento com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Mais do que um contraste crítico com o padrão da agricultura do *agronegócio*, o anunciado *novo* tipo de desenvolvimento rural para o país como que domesticava o pleito por reforma agrária radical, simbolizada pelo Movimento dos Sem-Terra da época. Em seu lugar, o governo postulou uma reforma agrária via mercado e financiada pelo Banco da Terra.

A política promovida pelo governo, em 1999, unificou os movimentos da agricultura familiar e os movimentos de reforma agrária em um mesmo leque de políticas de inserção no mercado. Desanuiu as tensões críticas dos movimentos sociais no campo sob o domínio dos *agronegócios* e do Ministério da Agricultura (MAPA), localizando-as apenas nos “latifúndios improdutivos” sujeitos à lei da reforma agrária.

O amplo espectro de demandas e expressão política indicado no item anterior, em especial pelo protagonismo do MST e da CONTAG, se confronta – e parcialmente adere – com o Programa Novo Mundo Rural e a criação do MDA dos governos FHC. Esta adesão está associada à interpretação de que o anterior protagonismo político deste poder subalterno em defesa da agricultura familiar, das formas assentadas e da reforma agrária gerou ou induziu, em dialética interativa, respostas nas esferas governamentais, dentre elas, a própria formulação do Programa mencionado. No entanto, as ações governamentais que emergem do Programa apontam como caminho para estas demandas a inserção ao mercado, ou a paliativos das políticas sociais de cunho neoliberal, posteriormente, adotadas e ampliadas pelos governos Lula. Esta políticas, no geral, conseguiram reduzir o ímpeto da reforma agrária e dos assentamentos e ampliaram políticas, especialmente por meio de recursos financeiros sobre a forma de crédito para a agricultura familiar já existente, deixando de lado a noção de expansão destas formas sociais e, portanto, bloqueando a expansão do *novo mundo rural*. Com uma série de políticas sociais também dirigidas a outros extratos sociais, há uma expressiva redução da pobreza rural.

Lauro Mattei (2010), em uma análise e sistematização dos 10 anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF), órgão do MDA, situa a questão da participação na questão da gestão social das políticas no contexto político da descentralização político-administrativa e, no mundo rural, nas lutas sociais agrárias na década de 1990. Interpreta as respostas do governo FHC à barbárie agrária e às demandas do sistema familiar de produção e seus desdobramentos nos governos Lula. Ressalte-se a sua leitura dos Conselhos, campo complexo de ações de mediadores das lutas e demandas políticas, e os

diferentes níveis ou tipos de participação que se configuram no processo, mesmo que a natureza das participações nos Conselhos Nacional e Municipais de Desenvolvimento Sustentável possam ser, como já mencionamos anteriormente, observada e analisada em estudos como: manipulada; passiva; por consulta; por incentivos materiais; funcional; interativa; e de mobilização própria (MATTEI, 2010, p. 29).

Nelson Delgado (2010), analisando o papel do rural no desenvolvimento nacional (dos anos 1970 ao governo Lula), argumenta que, neste tempo histórico, a existência de uma ambiência democrática, ou não, mostrou-se decisiva para estabelecer o conteúdo e o significado dominantes do conceito de rural e de desenvolvimento rural, fazendo surgir progressivamente visões alternativas de nação, identificadas pelo autor como *projeto neoliberal* e *projeto democratizante*, nos quais o papel e a polimorfia do rural se revelam em suas dimensões macropolíticas. O autor refere-se a uma parte disso que denominamos de *subalternia* para falar do projeto de democratizante em oposição do projeto neoliberal, do agronegócios.

Sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, aquela conjuntura dos anos 1990, que inclui a dinamização das questões ambientais com a realização da ECO92, impulsionou a visualização do espaço agrário como um novo mundo rural nos dois sentidos acima elucidados: *rural natureza* e *novo mundo rural*, ambos distintos do *rural hegemônico* dos agronegócios, elemento forte na base política tanto dos governos de FCH, quando nos de Lula, e agora no de Dilma Rousseff.

Em termos gerais, o rural passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais ampla e densa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais, ganhando gradativamente, com a expansão das questões ecológicas e ambientalistas associadas aos territórios rurais e florestais, à segurança alimentar, a alimentos saudáveis e à revalorização de culturas camponesas, o significado de *rural natureza*. Envolve processos de revalorização do mundo rural, consolidam atividades rurais e urbanas em cidades interioranas, reduzem - podendo mesmo reverter - o processo de migração rural-urbana, bem como estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

### Considerações finais

As considerações teórico-metodológicas sobre um entendimento amplo da totalidade humana como campo da razão política, a dife-

renciação da subalternia como um aspecto significativo da problematização das assimetrias de poder no mundo rural, ressaltando-se dimensão discursiva da legitimação de visões de mundo, hierarquias sociais e identidades, bem como a utilização da noção de ser humano natural, para trazer à cena analítica os sujeitos efetivos, as pessoas de corpo e alma e suas interações com o território, com a natureza, no contexto das relações da formação social capitalista brasileira, forneceram-nos elementos para identificar o fenômeno transnacional e planetário das questões ambientais e ecológicas e a resignificação do rural agrícola da modernidade como rural natureza da contemporaneidade. Os assalariados, camponeses, agricultores familiares, agricultores assentados, quilombolas e comunidades tradicionais seriam algumas destas formas da subalternia no campo, que, subordinadas direta ou indiretamente ao capital, estão sujeitas a processos de produção e extração de mais-valia. Examinamos a emergência do campo temático mundo rural no Programa CPDA e no movimento de estudos rurais críticos, distinguindo-os do novo mundo rural associado à institucionalização, na esfera governamental, do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Esperamos que essa abordagem estimule a ampliação do campo de estudos da *subalternia* crítica nos estudos das ciências sociais e humanidades rurais, nas disputas políticas locais e globais em processos ampliadores de uma democracia democratizante, na qual o vir a ser de diferenciais de poderes da sociedade agrária nacional possa ser significativamente reduzido em todas as esferas da vida social.

## **Referências bibliográficas**

- BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BENSAID, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- BRUMER, Anita; TAVARES dos Santos; JOSÉ Vicente. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). In: *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n. 9 p. 49-72 jul.-dez./2006, disponível: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigos>.

- CASANOVA, P. G. *As novas ciências e as humanidades - da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Ana Célia e outros. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira; síntese das transformações*. Brasília: Binagri, 1979.
- COSTA, L. F. C. C.; MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. O. (Orgs.) *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- DA SILVA, F. C. T., SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.) *Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: MOREIRA, R.J.; BRUNO, R.L. (Orgs.) *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2010.
- DEMO, Pedro. *Politicidade*. Razão Humana. Campinas: Papirus, 2002.
- ELIAS, N. ; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- LIMA, E. N.; LEITE, S. P. (Orgs.) *CPDA 30 anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2010.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.
- MATTEI, L. *Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf*. 2ª edição. Brasília: MDA, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. Marchas e contramarchas na política agrária. In: INESC. (Org.). *A era FHC e o governo Lula: transição?* 1 ed. Brasília: Inesc, v. 1, p. 361-389, 2004.
- MOREIRA, R. J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. *Revista de Economia Política*. v. 1, n. 3, p. 41-55, 1981.
- \_\_\_\_\_, Pensamento Científico, Cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental. In: *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 23, n. 1, p. 14-39, jan./a br., 1993.
- \_\_\_\_\_, Agricultura familiar e sustentabilidade: Valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, CPDA-UFRRJ, Rio de Janeiro, v. 8, p. 51-69, 1997.
- \_\_\_\_\_, *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999a.

- \_\_\_\_\_, Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista. In: COSTA, L. F. C., MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.) *Mundo rural e tempo presente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999b.
- \_\_\_\_\_, Questão agrária e sustentabilidade: reflexões analíticas. *Cultura Vozes*, v. 95, n. 95, p. 58-70, 2001.
- \_\_\_\_\_, Vivências de ruralidades no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, 1976-83. CPDA. *Ruralidades*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-42, 2002a.
- \_\_\_\_\_, A gênese da formação de pesquisadores do CPDA. In: *Anais do XII Congresso Nacional dos Sociólogos*, v. 1, p. 88-88. Curitiba: UFPR, 2002b.
- \_\_\_\_\_, Subjetividade e identidade científicas: o caso do CPDA, 1976-83. In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Sociologia e Conhecimento: Além das fronteiras*, v. 1, p. 204-204. Campinas: SBS, 2003a.
- \_\_\_\_\_, Cultura, política e mundo rural na contemporaneidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 20; P. 113-143; abril, 2003b.
- \_\_\_\_\_, Ruralidades e globalizações: Ensaaiando uma interpretação. In: *Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- \_\_\_\_\_, Identidades Complexas no Pensamento Científico sobre Comunidades Costeiras. In: PRESNO AMODEO, N.B.; ALIMONDA, H.. (Orgs.). *Ruralidades: capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: UFV, 2006.
- \_\_\_\_\_, *Terra, Poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.
- \_\_\_\_\_, O Mundo Rural nas Ciências Sociais praticadas nos 30 anos do CPDA. Mesa Redonda: O Mundo Rural na Sociologia: Aportes teóricos. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, PE, 2007b.
- \_\_\_\_\_, Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, p. 57-88, 2009.
- \_\_\_\_\_, A questão e a configuração do campo agroecológico. In: MOREIRA, R.J; BRUNO, R. (Orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MauadX e EDUR, 2010a.
- \_\_\_\_\_, Mobilizando as agendas em torno da pesquisa social em agricultura. O Programa CPDA, a APIPSA e o PRONEX. In: LIMA, E. N. de ; LEITE, S. P. (Orgs.) *CPDA 30 anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2010b.
- \_\_\_\_\_, Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A utopia da sustentabilidade. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 31, p. 159-174, 2010c.

- \_\_\_\_\_, Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, n.1, p. 248-271, abril, 2012a.
- \_\_\_\_\_, Por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade. In: *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de Lindóia, SP, 2012b.
- MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- MOREIRA, R. J.; GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18 p. 47-72, 2002.
- MOREIRA, R. J. ; LIMA, E. N. de. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: COSTA, L.F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs) *Mundo rural brasileiro*. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: MauadX, EDUR, 2008.
- MOREIRA, R. J. ; ROCHA, P. E. D. Interdisciplinaridade na Pós-graduação: notas de pesquisa. In: *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 7, n. 2, p. 9-45, 2002.
- MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. (Orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MauadX e EDUR, 2010a.
- MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. (Orgs) *Interpretações, estudos rurais e política*. Rio de Janeiro: MauadX, Seropédica: EDUR, 2010b.
- NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008.
- NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.
- ORLANDI, Eni P. A análise do discurso: algumas observações. *Delta*, vol 2, n. 1. São Paulo: Educ, 1986.
- \_\_\_\_\_, *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2007.
- PICCIN, Marcos Botton. Gramsci e as culturas subordinadas. In: *Revista IDeAS*, v.4., n. 1, p 09-40, jun./jul. 2010.
- SILVA, Dione Melo. *Ruralidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte: Um olhar à luz de Janus*. Tese de doutorado, PPGCS em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (em redação), 2014.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O camponês: Um trabalhador para o capital*. Campinas, SP: Unicamp, Grupo de Estudos Agrários, 1979.

MOREIRA, Roberto José. Subalternia, estudos rurais e política no mundo rural brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2014, vol. 22, n. 1, p. 55-87, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*Subalternia, estudos rurais e política no mundo rural brasileiro*). Subalternia, estudos rurais e política no mundo rural brasileiro. O objetivo deste estudo é tornar visíveis algumas dimensões políticas do mundo rural que surgiram com a emergência de forças e setores subalternos na politização e ressignificação dos processos sociais nos últimos 50 anos. A abordagem teórico-analítica procura elucidar a dinâmica da construção de identidades, categorias sociais e suas institucionalizações, bem como considerar as assimetrias de forças – hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas – que se codeterminam nos processos de construção sociopolítica e discursiva da realidade, em suas dimensões local-globais e rural-urbanas. A hipótese norteadora é a de que o campo de estudos sociais críticos expressa e interpreta processos e identidades sociais subalternas envoltas e subordinadas às questões agrárias brasileiras. Empiricamente estaremos nos remetendo aos debates no campo dos estudos rurais, com destaque para o Programa CPDA/UFRRJ, o Projeto PIPSA, a APIPSA, a Rede de Estudos Rurais e o Programa Novo Mundo Rural do Governo FHC, como campos de expressão política e análise de setores e identidades sociais subalternas no campo brasileiro.

**Palavras-chave:** estudos rurais, subalternia, mundo rural, identidade social.

**Abstract:** (*Subalternity, rural studies and politics in rural Brazil*). The objective of this study is to make visible some dimensions of policies directed toward the rural world which have arisen with the emergence of subaltern forces and sectors on politicization and reinterpretation of social processes over the past 50 years. The theoretical-analytical approach seeks to elucidate the dynamics of the construction of identities, social categories and their institutionalization, as well as to consider the asymmetries of the hegemonic, counter-hegemonic and subaltern forces, which mutually co-determine the processes of socio-political and discursive construction of reality, in its local-global and rural-urban dimensions. The guiding hypothesis is that the field of critical rural studies expresses and interprets subaltern social iden-

tities and social processes shrouded and subordinated to Brazilian agrarian questions. Empirically we will be referring to discussions in the field of rural studies, with an emphasis on the CPDA Program/UFRRJ, the PIPSA Project, the APIPSA Association, the Rural Studies Network and on the New Rural Program of the FHC Government, taking all as fields of political expression and analysis of sectors and subaltern social identities in the Brazilian countryside.

**Key words:** rural studies, subalternity, rural world, social identity.

Artigo recebido em 03/05/2014

Artigo aprovado para publicação em 01/08/2014